

# Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
<b>ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA VENEZUELA PETROLEIRO-RENTÍSTICA</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>DANILO SPINOLA CARUSO</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	Docente
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A partir de uma perspectiva que insere os países da periferia e do centro numa mesma totalidade – qual seja, o surgimento do sistema capitalista global –, o presente artigo procura caracterizar o modelo de acumulação dependente da Venezuela, dando ênfase às formas pelas quais a estrutura de classes, moldada pela renda da terra, pela indústria petroleira e pela ação do imperialismo, se modificou ao longo do tempo, ensejando padrões de acumulação de capital e formas de Estado que reforçaram e reproduziram, de formas distintas, o padrão <i>petroleiro-rentístico</i> da economia.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Venezuela, Revolução Bolivariana, Petróleo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>From a perspective that places the countries of the periphery and the center in the same whole - namely, the emergence of the global capitalist system -, this article seeks to characterize the Venezuelan's dependent accumulation model, emphasizing the ways in which the classes structure, shaped by land rent, the oil industry and the action of imperialism, has changed over time, allowing capital accumulation patterns and forms of state that reinforced and reproduced, in different ways, the oli-rentistic pattern of the economy .</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Venezuela, Bolivarian Revolution, petroleum			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

## ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA VENEZUELA PETROLEIRO-RENTÍSTICA

De maneira geral, os autores que se debruçaram sobre o tema da renda petroleira e de seu impacto nos países periféricos exportadores de petróleo partiram do conceito da *renda da terra*, conforme proposto por Karl Marx no livro III d'O Capital (ver, dentre outros, CORONIL, 2013; BAPTISTA, 2005; MOMMER, 2010; e ÁLVAREZ JR, 2014). Para entender como podemos aplicar este conceito, porém, é necessário apontar sucintamente o que Marx entendia por capital e seu processo de reprodução e acumulação.

Em si, o capital é um tipo específico de relação social, que historicamente surgiu da separação em larga escala dos produtores diretos (isto é, os trabalhadores em seu conjunto) e os meios de produção e subsistência, que foram apropriados pelos capitalistas na forma de propriedade privada. Nessas condições, o trabalho humano – que é a única força social capaz de criar valor – é transformado em mercadoria, na forma de *força de trabalho*, a qual é comprada pelos capitalistas e posta para interagir, sob seu controle, com os meios de produção e a natureza em geral. Parte do valor criado nessa interação é consumida pelos próprios trabalhadores, na forma de salários, assegurando sua reprodução enquanto força de trabalho subordinada ao capital. A parte excedente – o mais-valor – é apropriada pelos capitalistas de diferentes formas, conforme a posição que ocupam e as funções que exercem no sistema como um todo.

Cabe ao capitalista industrial (ou *capital funcionante*) promover, através da exploração do trabalho transformado em mercadoria, a criação de todo o mais-valor gerado pelo sistema capitalista. Dessa massa de mais-valor criado, o capital funcionante apropria-se de uma parte, na forma de lucro. Outra parcela, que também aparece na forma lucro, é apropriada pelo *capital mercantil*, no âmbito da circulação de mercadorias. Nesses dois casos, o valor passa por metamorfoses, apresentando-se ora como capital-dinheiro, ora como capital-mercadoria ou como capital-produtivo.<sup>1</sup> Mas há outras formas pelas quais parcelas da mais-valia são apropriadas pelo capital sem passarem por nenhuma metamorfose. Isso acontece na forma de *juros e renda*.

No primeiro caso, o capital aparentemente se autoexpande na forma dinheiro. Na verdade, o que ocorre é que um capitalista – o *capital portador de juros* – adianta somas de capital a outro capitalista – o capital funcionante – que tem a responsabilidade de se relacionar diretamente com o

---

<sup>1</sup> Marx analisa essas metamorfoses de forma simplificada no livro I d'O Capital, expressando-as através da fórmula básica D-M-D' – na qual D representa o capital na forma dinheiro, que é trocado por mercadorias M e, após o processo produtivo, novamente trocado por dinheiro, com o acréscimo do mais-valor (D'). No livro II a fórmula se expande, de modo a dar conta das trocas mercantis que, embora não produzam mais-valor, também fazem parte do processo geral de acumulação capitalista. Assim, por exemplo, no caso do capital-dinheiro, a fórmula aparece como D-M...P...M'-D', onde D representa o *quantum* de valor original, que é trocado por M, isto é, mercadorias de mesmo valor (D=M); após o processo produtivo P, temos um novo *quantum* de valor (criado pelo trabalho), incorporado ao conjunto das mercadorias produzidas (M'), que finalmente são trocadas por uma quantidade maior de dinheiro (D').

trabalho e explorá-lo com o objetivo de criar mais-valor. O capital portador de juros é sempre um proprietário de grandes quantidades de valor na forma dinheiro; geralmente conformam os bancos, fundos de investimento, etc, mas nada impede que esse capitalista também seja uma empresa e, como tal, atue como capital funcionante em um ou mais setores da economia. De todo modo, o que caracteriza o capital portador de juros é, de maneira geral, o fato de que são proprietários de *propriedade pura* em larga escala, isto é, de grandes quantidades de valor (ou trabalho humano) em sua forma mais abstrata, representada pelo dinheiro em si mesmo. Esses capitalistas, na prática, não interagem diretamente com o trabalho, já que repassam essa função para o capital industrial ou funcionante; mas, na medida em que o fazem, impulsionam a expropriação de trabalho e, conseqüentemente, a criação global de massas de mais-valor. Além disso, nas condições de concorrência e concentração de capitais do sistema capitalista, o capital portador de juros acaba por controlar as *condições sociais de produção*, sem as quais nenhum capitalista industrial consegue se manter no mercado. Esse é o motivo que permite a ele se apropriar de uma parcela da mais-valia gerada, que a ele retorna na *forma* do pagamento de juros.<sup>2</sup>

O segundo caso de acumulação sem metamorfose do valor é a *renda*. A renda também advém da apropriação, na forma dinheiro, de parte do mais-valor total criado pelo sistema. Mas, neste caso, a apropriação deriva da propriedade privada que certos capitalistas possuem da terra e/ou de outros recursos naturais, sem os quais a produção é impossível. Quando inseridos no modo de produção capitalista, tais recursos da natureza funcionam como *meios de produção não produzidos*. Como afirma Baptista,

aquí es preciso entender de qué se habla: la expresión “renta”, en este caso, no es el término general para denotar cualquier género de ingresos, tal y como se la emplea en cualquier libro de texto contemporáneo (v. The New Palgrave Dictionary). En el presente contexto esa expresión tiene un significado mucho más limitado y rico al mismo tiempo, a saber, el que sirve para nombrar la clase de remuneración a la que tiene derecho el propietario de unos medios de producción no producidos, cuando esos medios son parte de una relación económica, valga llamarla así para no incitar equívocos, moderna.(BAPTISTA, 2005)

---

<sup>2</sup> Para o capital portador de juros, a fórmula aparece na sua forma mais fetichizada e alienante, como dinheiro que gera mais dinheiro (D-D'). No entanto, os juros não surgem como uma criação do dinheiro em si, mas sim como uma consequência do processo global de produção capitalista; portanto, a fórmula aparente D-D' precisa se desdobrar na fórmula mais complexa D-d-m...P...m'-d'-D'. Nesta fórmula, D é o valor, na forma dinheiro, adiantado pelo capital portador de juros para o capital funcionante; d é o valor em dinheiro trocado pelo capital funcionante por mercadorias de igual valor (incluindo a força de trabalho), as quais ele colocará para interagir na produção P; m' é o conjunto de mercadorias criadas no processo produtivo, nas quais já estão incorporadas o mais-valor; d' representa o mesmo *quantum* de valor de m', mas na forma dinheiro; e D' é o retorno do dinheiro adiantado no início do processo, acrescido dos juros. É fundamental, aqui, perceber que os juros dependem do trabalho tanto quanto o lucro do capitalista industrial (ou, em outras palavras, os juros são apenas uma parcela da divisão global dos valores criados na produção capitalista).

O valor da renda, portanto, não deriva diretamente da natureza, mas do fato de que essa natureza entra em interação com um determinado modo de produção criador de valor. A renda capitalista, portanto, depende da existência do sistema capitalista como um todo.

Como el valor no se deriva de la naturaleza, sino de la sociedad, las rentas pertenecen a la distribución de la plusvalía, no a su creación. Pero en la medida en que la producción supone el uso de recursos naturales, las diferencias intrínsecas entre ellos afectan diferencialmente la productividad del trabajo humano y, por tanto, la rentabilidad del capital. De ahí que las rentas representen una deducción de las ganancias de los capitalistas que va a parar a las manos de los propietarios de la tierra en virtud de que poseen un factor natural de producción. Las rentas dependen, por tanto, de la existencia de plusganancia y de la institución de la propiedad privada de la tierra (CORONIL, 2013: 89)

Vejamus mais de perto como isso ocorre no caso dos proprietários de petróleo. Sua renda deriva da captação de parte da mais valia global produzida no mercado capitalista, auferida pelos proprietários devido a sua condição de monopolizadores de um recurso natural escasso e de importantíssimo valor-de-uso no sistema capitalista global. Juridicamente, o cálculo dessa renda começou a ser estabelecido nos EUA, no final do século XIX, quando o petróleo começou a ser explorado em larga escala neste país e, conseqüentemente, se iniciaram conflitos entre os proprietários de terra (e, conseqüentemente, dos recursos de seu subsolo) e a grande indústria petroleira, que se desenvolvia na época. Chegou-se ao entendimento de que os proprietários e a indústria extrativista deveriam dividir igualmente entre si os lucros da exploração do produto. Como à época o lucro da indústria petroleira da Pensilvânia girava ao redor de 25% do preço comercial, estabeleceu-se um pagamento de *royalties* aos proprietários da terra na proporção de um barril para cada oito barris extraídos (uma vez que a metade de 25 é 12,5, ou 1/8). Essa proporção foi regulamentada em 1932, numa legislação que tratava o petróleo como um “capital natural” que se “depreciava” com o tempo – isto é, que se esgotava a medida que a extração esvaziava os poços (CORONIL, 2013: 92).

Rapidamente, o petróleo passou a ser explorado em todo o mundo, mas a produção dos EUA serviu de padrão internacional para os preços, devido à importância deste país como produtor e consumidor do produto.

Por ser el petróleo, desde siempre, un objeto mercantil propio del comercio mundial, hay que desprender del funcionamiento y prácticas de dicho ámbito las referencias de medida. Esas referencias, en lo concreto, no son otras que el caso de la explotación petrolera en EE. UU., cuya significación e importancia como productor y consumidor son determinantes en la

integración del mercado. Se quiere decir que las condiciones de explotación del recurso en su interior sirven bien como patrón referencial, toda vez que a las mismas se las puede tomar como las “peores” condiciones productivas del mercado. Sea suficiente decir en este último respecto que, para el año 2000, la producción de petróleo por pozo en el mundo era de unos 75 barriles por día; en Venezuela esa magnitud era de unos 150 barriles/día, mientras que en EE. UU. era de 10,9 barriles/día (BAPTISTA, 2005)

Ocorre que, à exceção dos EUA, em todas as demais nações o petróleo é considerado propriedade pública, cabendo aos Estados-Nacionais – teoricamente representando o conjunto da população de seus países – o papel de “proprietários-privados” do recurso. A princípio, isso em nada modifica a lógica básica do conflito de interesses que se estabelece entre as empresas extratoras e os proprietários do recurso. No caso das grandes petrolíferas internacionais, o lucro depende do grau de monopólio que cada uma exerce sobre o produto, assim como da diferença de produtividade que obtém em comparação com a produção dos países consumidores (especialmente os EUA). Assim, além da qualidade / quantidade de óleo e das características físicas de cada poço (tais como profundidade, pressão, etc., que também incidem na produtividade), devem ser levadas em consideração as vantagens em relação aos custos de produção, como mão-de-obra, impostos, etc, além dos custos de transporte até os centros consumidores. Já para os proprietários – sejam eles privados (como nos EUA) ou Estados-Nacionais (como no resto do mundo) – o mais importante é o estabelecimento de altos impostos e *royalties*, principalmente se esses impostos puderem ser acordados pelo conjunto dos países exportadores. Às empresas, ao contrário, interessa o menor pagamento possível de *royalties* e impostos; além disso, como agem premidas pelos imperativos da concorrência – já que seu lucro, como vimos, depende da parcela do mercado mundial controlada por elas, assim como da produtividade que alcançam em cada poço – as empresas tendem a priorizar a maximização dos lucros no curto prazo, em relação ao controle dos preços internacionais do petróleo. Diferentemente, para os Estados-Nacionais em geral (em particular no caso dos países exportadores), o volume de produção é importante, mas relativamente secundário em relação à manutenção dos preços e da carga fiscal sobre a exploração.

Obviamente, a manutenção de altos preços do petróleo beneficia também o conjunto das empresas exportadoras; mas, para elas, tudo depende do *market share*: de nada adianta o preço do barril subir, se a participação no mercado cair demais. Por isso, do ponto de vista da empresa que explora o recurso (do qual não é proprietária), é crucial manter um certo nível de produtividade, assim como “boas relações” com os Estados-Nacionais que, em teoria, representam os proprietários do recurso.

## **Petróleo e renda da terra na Venezuela**

Marx fez questão de frisar, logo no primeiro capítulo d'O Capital, que não é possível entender a acumulação de capital sem levar em consideração o papel da natureza na conformação do valor.

O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Neste trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra (MARX, 2002: 65).

O papel da natureza e da renda da terra tem sido muitas vezes negligenciado tanto nas análises sobre a formação nacional dos países periféricos, quanto nas análises da formação histórica do capitalismo, entendido em sua totalidade. A diferença entre centro e periferia relaciona-se também com uma divisão internacional do espaço ou, mais especificamente, das formas como o espaço – isto é, a terra e seus recursos naturais – se relaciona com a acumulação capitalista global. O espaço geográfico muitas vezes é analisado por historiadores e cientistas sociais como “*un escenario inerte sobre lo cual tienen lugar los acontecimientos históricos, y la naturaleza como el material pasivo con el cual los seres humanos construyen su mundo*” (CORONIL, 2013: 62). No entanto, as formas como o espaço e natureza são socialmente apropriados e transformados está ontologicamente relacionada ao metabolismo do capitalismo e às divisões (entre países, classes, indivíduos, etc) que ele gera. Abstrair-se dessa questão significa aproximar-se das análises econômicas de tipo neoclássico, nas quais a materialidade do mundo real, concreto, aparece como uma *externalidade* que simplesmente não é levada em consideração, como se a economia se desenvolvesse em um mundo onde os recursos são supostamente infinitos e as consequências ambientais (ou, melhor dizendo, socioambientais) da acumulação podem – e mesmo *devem* – ser convenientemente olvidadas.

Em Marx, ao contrário, está claro que a natureza e os homens fazem parte de um todo indivisível. O homem, através do trabalho, introduz *finalidades* à natureza, que se torna complemento ou extensão do mundo humano, deixando de ser mera paisagem passiva e indiferente ao homem. Ao mesmo tempo, ao mudar o mundo, o homem precisou também mudar a si mesmo, para adaptar-se ao mundo transformado por sua atividade. Assim, modifica-se o mundo e o homem pela ação do trabalho, mas sem que homem e natureza sejam considerados coisas “separadas”. Para Marx, as relações entre homem e natureza são vistas a partir de uma ótica monista, de permanente

automovimento, na qual a atividade material atua como elemento mediador (tanto entre homem e natureza como entre os homens entre si). Não se trata, portanto, nem de um *mecanicismo*, isto é, de mera adaptação do homem a forças externas, nem de um *finalismo*, no qual o homem distante manipula e propõe arbitrariamente finalidades para o mundo exterior. Em outras palavras, os *objetos* não estão “dados, imediatamente, nessa natureza inalterável, sempre igual a si mesma, alheia ao movimento da história” (FREDERICO, 2009: 197),<sup>3</sup> e portanto, quando falamos aqui no papel da natureza e do espaço na análise do desenvolvimento do capitalismo, não estamos nos referindo a *objetos naturais*, mas sim a *objetos sociais*.

O desenvolvimento histórico do capitalismo, ao diferenciar o centro da periferia, constituiu diferentes formas de lidar com o espaço geográfico e os recursos naturais de que ele dispõe.

Es evidente que todas las naciones se ubican en el espacio y se constituyen mediante relaciones específicas con el mundo natural. Sin embargo, la relación de las naciones con la naturaleza cobra una particular significación en los países que dependen de la producción de productos primários, mercancías cuya ventaja comparativa en el mercado internacional por lo general si deriva de una combinación de factores naturales y trabajo barato, y no de una productividad social mayor. (CORONIL, 2013:68)

O papel da exportação de produtos naturais (seja por extrativismo, agricultura, mineração, etc), nos países periféricos, foi desde sempre central na conformação de suas respectivas sociedades. Isso quer dizer que nessas áreas o peso relativo da renda da terra, conforme entendida por Marx (isto é, da terra em si e dos recursos naturais de que ela dispõe), foi relativamente maior na acumulação de capital e, conseqüentemente, na conformação das classes sociais e dos Estados-Nacionais.

La formación del latifundio como estructura socioeconómica propia de la dinámica de la división “centro-periferia”, se orienta a un crecimiento en el control y dominio de la naturaleza, que establece los pilares del extractivismo dependiente contemporáneo (...) El “extractivismo” (...) debe ser definido en su lógica moderno/colonial como un fenómeno histórico de control y conversión de la naturaleza en mercancía – comodificación –, administrado centralizada y monopólicamente por Estados y/o empresas capitalistas, y orientado primordialmente al mercado mundial bajo el esquema de la división internacional del trabajo, que tiene a extraer de manera masiva y creciente los llamados “recursos naturales” de la mano de la expansión global del capital (MONTOVANI, 2014: 79)

---

<sup>3</sup> Como aparecem, por exemplo, no empiricismo de Feuerbach, que na verdade é incapaz de captar não só os elementos não-sensíveis do real – como o *trabalho abstrato*, o *valor*, etc (que também são objetivações da atividade humana e, portanto, existem, embora não sejam sensíveis) – como também os próprios elementos sensíveis, na medida em que não lhes capta o movimento, as transformações, e toma por *real* o que é impressão superficial e transitória.

É óbvio que a natureza é “mercantilizada” tanto na periferia quanto no centro; mas a questão aqui é o peso relativo dessa mercantilização em um caso e outro. Nos países periféricos em geral, em comparação com o centro, a captura da renda da terra foi relativamente mais importante no desenvolvimento capitalista, condicionando a organização das atividades econômicas como um todo e, conseqüentemente, do Estado. A especificidade venezuelana, neste quadro, está relacionada ao recurso natural específico cuja exploração gerava essa renda – o petróleo –, que modificou *quantitativa* e *qualitativamente* o papel exercido pela renda da terra neste país. Em termos quantitativos, porque o volume de riqueza captada como renda, no caso do petróleo, é enorme – superando rapidamente, e com folgas, a que anteriormente era captada através da exportação de gêneros agrícolas (como o café e o cacau, principais produtos primários de exportação da Venezuela no período pré-petroleiro). E, em termos qualitativos, pela especificidade de que, formalmente, sempre foi o Estado – e não a oligarquia fundiária – o “proprietário” do petróleo e, por isso, o captador e distribuidor da riqueza decorrente de sua exploração. Se, em todos os países, o Estado sempre exerceu um papel econômico central no desenvolvimento histórico do capitalismo, na Venezuela a *forma* como esse papel foi exercido guardou (e guarda até os dias de hoje) características próprias, decorrentes do peso do petróleo na economia e do fato de que este recurso foi, desde os primórdios de sua exploração, considerado “propriedade privada” do Estado –mesmo quando, no período anterior à nacionalização do produto, sua exploração era feita apenas através das petrolíferas internacionais.

Neste sentido, desde o início da exploração petrolífera, o Estado venezuelano aparece como um ator central e relativamente autônomo da economia venezuelana. Cabe a ele o papel principal no que diz respeito tanto à acumulação de capital através da renda, como também através dos juros, já que foi através da mediação do Estado, redistribuindo as divisas geradas pela exploração petrolífera, que se conformou o moderno capital portador de juros venezuelano.

En Venezuela, el concurso del sector público a la formación o consolidación de los grupos [dominantes] ha venido, como en otras latitudes, por la vía de las finanzas. (...) El Banco Central, obra del Estado, los bancos hipotecarios, estimulados por el sector oficial, las emisiones de bonos a cargo de organismos públicos y la promoción de empresas como las Entidades de Ahorro y Préstamos y las Bolsas de Valores, han facilitado la labor del capital privado en la órbita financiera (...) Fue el Estado el que suscribió los capitales para el financiamiento de organismos que parecían dudosos en un primer momento. Al Estado correspondió animar el mercado de capitales lanzando a él copiosos paquetes de papel negociable en la bolsa. Si algún Estado merece la denominación de Providencia – como lo

llamaban para repudiarlo los teóricos liberales – es este de Venezuela, alfa y omega de la acumulación e de la concentración. (RANGEL, 1972: 119)

A questão é como caracterizamos o Estado venezuelano, sem cairmos nas tentações de reificá-lo – como ocorre na maioria das análises que se baseiam em pressupostos teóricos liberais. Marx nunca formulou uma Teoria do Estado porque o Estado é uma relação *concreta* de forças – econômicas, sociais, culturais, etc – que se modificam ao longo do tempo; uma teoria geral do Estado fatalmente resultaria em um formalismo a-histórico que não corresponderia ao seu pensamento. Como *condensação de forças e relações concretas*, o Estado está sempre em movimento, sempre em transformação, e por isso sua conceituação depende da análise das relações sociais reais que os indivíduos e classes estabelecem, ao longo do tempo, em cada sociedade nacional. O que Marx nos legou foi uma *metodologia* de investigação dialética – o materialismo histórico – a partir do qual podemos compreender o Estado, partindo da compreensão da sociedade.

Não é necessário, porém, “partir do zero”. Há alguns pressupostos que são comuns a qualquer sociedade capitalista, e que já foram abordados tanto por Marx, ao longo de sua obra, quanto pelos grandes autores da tradição marxista. Já em 1848, no Manifesto Comunista (MARX e ENGELS, 2010), Marx dá um passo absolutamente fundamental, ao desmascarar a aparente fratura entre “público” e “privado”, supostamente ocorrida com o capitalismo, para reafirmar a correlação – ou, mais ainda, a *unidade* – entre Estado e sociedade civil. Nessa obra fundamental, Marx salienta o caráter de classe do Estado burguês, criticando tanto a concepção jusnaturalista liberal – na qual o Estado aparece como um ser autônomo, que “organiza” a sociedade e é *sujeito* da concertação social – quanto a visão hegeliana, que pressupunha no Estado o *locus* da ação universalista, contraposta aos particularismos que caracterizariam a sociedade civil burguesa. Na verdade, quando acompanhamos o processo intelectual de Marx, percebemos que ele primeiramente buscou compreender o Estado; mas, ao fazê-lo, percebeu que isso era impossível sem compreender a sociedade civil. Essa chave intelectual continua, nos dias de hoje, sendo tão verdadeira quanto o era no século XIX.

Em obras posteriores, Marx aperfeiçoou e demonstrou a vitalidade de seu método analítico, ao se debruçar sobre processos históricos concretos. Em *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2008), ele analisou a luta de classes na França de meados do século XIX, que desembocou no golpe de Estado de Luís Bonaparte, em 1852. Neste texto, Marx explicitou as *determinações*<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O conceito de *determinação*, em Marx, é muito bem resumido por Raymond Williams, como um “processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões”, resultante da ação dos indivíduos e grupos e das condições históricas de cada momento (WILLIAMS, 1979, 79-92).

existentes entre as disputas políticas no âmbito do Estado e os interesses políticos e econômicos das frações de classe, a que essas disputas se referem. Ao contrário dos intelectuais liberais de sua época (como, por exemplo, Tocqueville), que reconheciam a existência de classes, mas consideravam o Estado como um “árbitro” autônomo e neutro em relação a elas, Marx entendia o Estado como um *resultado* das disputas de classe, mesmo nos casos em que ele aparentemente não representava direta e explicitamente nenhuma classe em especial (como na França de Luís Bonaparte). Para Marx, qualquer tipo de autonomia do Estado é e sempre será uma autonomia *relativa*, na medida em que suas ações, suas decisões e a direção política em geral se orientam por perspectivas de classe, conforme a correlação de forças sociais concretas de cada momento histórico.

Com Antonio Gramsci, a concepção marxista de Estado e sociedade civil atinge nova complexidade, correspondente às transformações ocorridas nos países mais desenvolvidos da Europa. Se em Marx a sociedade civil burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) correspondia ao conjunto das relações sócio-econômicas, nas quais se assentam os interesses individuais e a dominação do capital, em Gramsci o conceito de sociedade civil ganha um caráter distinto: trata-se da esfera onde a *hegemonia*<sup>5</sup> é organizada e disputada, a partir da ação de organismos privados. Para Gramsci, a distinção formal entre Estado e sociedade civil é apenas metodológica; na práxis social, o Estado é “ampliado”, agregando aparelhos privados responsáveis pela articulação de projetos políticos classistas que viabilizam o controle sobre a *sociedade política*, isto é, o aparato propriamente estatal. Assim, dá-se no âmbito da sociedade civil um intenso processo de luta de classes e disputa de visões de mundo, no qual certas frações buscam a direção sobre os grupos aliados e o domínio sobre as frações de classe inimigas. Isso se realiza quando projetos de poder particulares são consensuados e apresentados como expressão dos interesses nacionais.

Outro autor que trouxe contribuições decisivas para a compreensão do Estado capitalista é Nicos Poulantzas. Seguindo o caminho aberto por Marx e Gramsci, Poulantzas reafirma o fato de que qualquer delimitação “topológica” dos limites entre Estado, economia e a sociedade em geral só

---

<sup>5</sup> O conceito de hegemonia aparece inicialmente nos debates soviéticos travados nos primeiros anos da Revolução de 1917. Naquele momento, discutia-se a necessidade de uma política de *frente única* que representasse uma aliança entre o campesinato russo e o operariado urbano, liderado pelo Partido Bolchevique. Gramsci, seguindo a mesma linha de Lênin, acreditava que o apoio do campo não poderia (nem deveria) ser obtido com base na coerção, mas sim com consentimentos às aspirações dos camponeses, mesmo se elas não estivessem presentes no projeto original dos bolcheviques. A hegemonia, portanto, era pensada a partir da perspectiva de direção de uma classe sobre outra aliada, através de convencimento e concessões materiais. Mais tarde, já no período do cárcere, Gramsci reelabora o conceito, para aplicá-lo não somente às relações entre classes aliadas, como também para explicar o caráter de domínio exercido pelas classes dominantes sobre as classes subalternas. A hegemonia então passa a incorporar *tanto uma função coercitiva quanto também uma dimensão de convencimento* – sendo que este último varia conforme o grau de incorporação, pelo conjunto da sociedade, das visões-de-mundo e dos valores das classes dominantes (ver, dentre outros, DEL ROIO, 2005).

tem sentido enquanto abstração. Para ele, as relações de classe *perpassam os tecidos do Estado*, ao mesmo tempo em que o Estado *media grande parte das relações sociais*; neste sentido, as lutas de classes constituem o Estado como “condensação material de uma relação de forças entre classes” (POULANTZAS, 2000: 197). Quanto mais avança o processo de concentração de capitais, mais o Estado intervém e se *capilariza* por toda a sociedade, controlando inúmeros aspectos que são imprescindíveis para reprodução social. Neste sentido, para Poulantzas, Estado e economia não constituem espaços diferentes, com contornos delimitados, que eventualmente se interpenetram.

Esta concepção nos auxilia a combater dois graves equívocos teóricos: 1) a concepção economicista que vê o Estado como mero “reflexo” das relações sociais de produção, as quais possuem um movimento autosuficiente, invariante e governado por leis próprias; e 2) a ideia de que o Estado, “*separado*” das relações sociais de produção, também tem suas “leis próprias”, podendo inclusive intervir na economia, desde o “exterior”, para transformá-la revolucionariamente.

A separação do Estado e do espaço de reprodução, específico ao capitalismo, não deve ser tomada como efeito particular de instâncias essencialmente autônomas e compostas de elementos invariantes (...) Esta separação não nos deve levar a crer em real exterioridade do Estado e da economia, como se o Estado só, do exterior, interviesse na economia. *Esta separação é a forma precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira, em sua produção.* A separação do Estado e da economia e a presença-ação do Estado na economia, que não passam de uma única e mesma figura das relações do Estado e da economia sob o capitalismo, atravessam embora modificadas, toda a história do capitalismo, todos os seus estágios e fases: pertencem ao duro cerne das relações de produção capitalistas (POULANTZAS, 2000: 17-18).

Portanto, analisar o Estado é analisar o próprio desenvolvimento histórico da acumulação de capital, determinado pela luta de classes. No caso venezuelano, o turbulento processo de centralização política, iniciado pela Guerra de Independência, foi marcado por guerras civis endêmicas, que se estenderam por todo o século XIX. A primeira experiência mais estável de governo centralizado só veio a ocorrer com Antonio Guzmán Blanco (1870-1888), que governou o país de forma intermitente de 1870 até 1888; entretanto, econômica e socialmente o país continuou muito fragmentado, e novos assaltos ao poder, promovidos pelas oligarquias locais, continuaram a acontecer na virada de século.

Foi somente a partir da instalação da ditadura de Juan Vicente Gomez (1908-1935) que a centralização política da Venezuela foi definitivamente consolidada. Alçado ao poder por meio de um golpe de Estado apoiado pelos EUA, Gomez imediatamente solicitou “proteção” militar à

potência norte-americana, oferecendo em troca a abertura incondicional do país ao capital estrangeiro e a exploração do petróleo pelas grandes companhias petrolíferas internacionais. Dessa forma, a centralização política da Venezuela e a transição da economia agrária para a petroleiro-rentista foram parte de um mesmo processo, levado à cabo de forma autocrática e particularista, e contando com o apoio militar e financeiro do capital estrangeiro – especialmente estadunidense.

El arduo establecimiento de la autoridad estatal tuvo íntima relación con la explotación petrolera. A lo largo del siglo XIX el frágil Estado venezolano, crónicamente asaltado por caudillos regionales, fue incapaz de imponer su control sobre el fragmentado territorio nacional. Solo cuando se transformó en mediador entre la nación y las compañías petroleras foráneas, a principios del siglo XX, fue que el Estado adquirió la capacidad política y los recursos financieros que le permitieron aparecer como un agente independiente capaz de imponer su dominio sobre la sociedad. De ahí que el propio Estado se haya originado como un conjunto de prácticas, instituciones e ideologías de gobierno en el curso de las pugnas relativas a la regulación de la producción petrolera y el control del dinero procedente de ella. (CORONIL, 2013: 40)

Descoberto em finais do século XIX, o petróleo venezuelano era explorado através de um modelo de concessões territoriais dadas a cidadãos residentes no país – as quais, invariavelmente, eram depois repassadas às petrolíferas estrangeiras, principalmente inglesas, estadunidenses e holandesas. As vantagens comparativas apresentadas pela Venezuela para os negócios petroleiros – tais como a proximidade em relação ao principal centro consumidor; a qualidade / quantidade do óleo; as excelentes características físicas dos poços; o baixo custo da mão de obra; os impostos reduzidos; etc – rapidamente fizeram do país um verdadeiro paraíso para as companhias petrolíferas estrangeiras. Em apenas 15 anos de exploração em larga escala, o petróleo venezuelano evoluiu de uma participação residual para a quase monopolização das exportações, levando a Venezuela a se tornar o maior exportador e o segundo maior produtor mundial de petróleo (atrás apenas dos EUA). Praticamente toda a produção e exportação do produto eram controladas por subsidiárias de petrolíferas internacionais, com destaque para a *Creole (Standard Oil of New Jersey)*, a *Shell Oil (Royal Dutch Shell)* e a *Mene Grande (Gulf)*. A participação dessas subsidiárias nos lucros das transnacionais era tão grande que, em 1949, 48% dos ingressos por dividendos da *Standard Oil* tinham origem nas atividades da *Creole* na Venezuela (SALAS, 2014: 308).

Essa espantosa riqueza não significou, porém, o desenvolvimento do país. Isso porque, do ponto de vista da acumulação interna, o que importava não era o total exportado, mas sim a parte do valor das exportações que, via Estado, reingressava no país como fluxo de renda. Em outras

palavras, a magnitude da renda petroleira tinha pouco a ver com o desenvolvimento da atividade petroleira *em si* (que inclusive, como veremos, permaneceu pouco integrada com os demais setores econômicos) e sim com a rentabilidade que a terra poderia oferecer nas relações com as empresas petrolíferas estrangeiras; por isso, o que importava era a capacidade de pressão que o governo venezuelano pudesse exercer sobre essas empresas – capacidade que era obviamente reduzida, dada a subordinação dos governos centrais aos interesses imperialistas estrangeiros. Contudo, devido ao enorme volume das reservas de petróleo e com o aumento da demanda pelo produto nos anos 1930 e 1940, houve um consistente fluxo de divisas para o interior do país, possibilitando a adoção de uma política cambiária que artificialmente valorizava a moeda local (o bolívar) em relação ao dólar.

Cuando 95% del ingreso en divisas proviene de una renta internacional – y no de exportar bienes con valor agregado nacional – encontrar una tasa de cambio que exprese la productividad de la economía real no es una tarea fácil, ya que el ingreso rentístico no es consecuencia de los niveles de productividad alcanzados por el aparato productivo del país que percibe dicha renta. El Estado-propietario recibe unos dólares del resto del mundo que no tienen una contrapartida en el esfuerzo productivo interno, por lo que su decisión de repartilos a través del mercado puede cumplirse a una tasa de cambio que se fija sin tener en cuenta la productividad real del aparato productivo (ALVAREZ JR, 2014: 327)

Obviamente, o câmbio sobrevalorizado ameaçava os interesses das oligarquias agroexportadoras; mas, como vimos, os interesses do *centralismo* já estavam solidamente consolidados quando a exploração das enormes jazidas de petróleo veio a ocorrer; por isso, do ponto de vista do exercício do poder, não havia maiores imperativos para a adoção de uma política de defesa dos interesses agroexportadores. Em consequência, o câmbio sobrevalorizado levou à ruína boa parte dos fazendeiros, muitos dos quais tiveram suas propriedades leiloadas ou simplesmente preferiram hipoteca-las e migrar para o ramo bancário, importador ou imobiliário, que ofereciam oportunidades maiores e mais seguras de lucro (SEABRA, 2014: 42). Ao fazê-lo, essa camada de proprietários rurais amalgamou-se com a burguesia comercial já existente, ligada ao lucrativo comércio de importações.

Os negócios no comércio de importação exerciam forte atração para o capital local, devido ao estímulo proporcionado tanto pela abundância de divisas, fornecidas pelo Estado, quanto por acordos selados com os EUA, mediante os quais a Casa Branca se comprometia em não promover leis que taxassem a importação do petróleo venezuelano, em troca da livre entrada dos produtos estadunidenses na Venezuela. Dessa maneira, conformou-se a experiência venezuelana de modernização por via de uma Revolução Passiva, na qual

De uma oligarquia rural agrária tradicional associada a uma burguesia comercial que juntos controlavam de forma restringida as estruturas de poder do Estado, houve uma transferência sem rupturas para novos atores. Os setores do comércio de importação e exportação associado às transnacionais petroleiras, secundados por um não pouco expressivo setor imobiliário que crescia acompanhando a vertiginosa urbanização do país e setores médios não proprietários vinculados aos serviços estatais, em outras palavras, uma significativa burocracia, convertiam-se paulatinamente em candidatos a controlar as estruturas de poder do país. (FERREIRA, 2012: 45-44)

Em alguns países latino-americanos, processos de Revolução Passiva se legitimaram a partir da adoção de modelos de industrialização por substituição de importações; na Venezuela, porém, a estrutura de poder, conformada pela centralização do Estado ligada à exploração petroleira, era refratária a adoção de esforços industrializantes mais consistentes.

El patrón de acumulación del capital, em uma economia nacional, lo determinan el tipo y la dominación de clase sobre las relaciones sociales existentes em el país, las características propias de la estructura económica y la lucha entre esas clases y sus direcciones políticas y sociales para apropiarse, modificar y controlar la superestructura política, em concreto, el régimen político y el gobierno, herramientas con las cuales garantizar e imponer por la fuerza un determinado consenso social” (CARCIONE, 2014: 288)

Se no Brasil, por exemplo, o setor rural atrasado era complementar à industrialização do país, forjando um *compromisso* entre as frações rurais e urbanas da burguesia dominante,<sup>6</sup> na Venezuela a indústria petroleira se estabeleceu como uma economia de *enclave*, sem maiores relações com o meio rural, abandonado ao latifúndio improdutivo. Mais ainda: a hegemonia incontestável dos setores ligados ao petróleo e ao comércio importador fez da destruição da agricultura venezuelana *um fator a mais para sua própria acumulação*. Dentro dos campos petrolíferos – verdadeiras concessões de soberania nacional para o capital estrangeiro, com fronteiras delimitadas e controladas pelas empresas – vigorava uma rede própria de distribuição de produtos importados, que eram subsidiados com o dinheiro do petróleo. Os pequenos camponeses da vizinhança eram proibidos de comercializar ao redor dos campos, mesmo quando gozavam da preferência dos consumidores em relação aos produtos importados. Essa política levou ao desaparecimento das feiras populares ao ar livre, que foram substituídas por mercados fechados e

---

<sup>6</sup> Sobre as relações entre o meio rural *arcaico* e a industrialização brasileira, ver OLIVEIRA (2003).

modernos, controlados pelo capital local em associação com o capital estrangeiro.<sup>7</sup> Posteriormente, essas frações burguesas associadas expandiram seus negócios importadores para além das fronteiras dos campos petrolíferos, sempre utilizando uma parcela da renda petroleira auferida através do Estado. Tal modelo impôs um padrão de consumo de gêneros básicos baseado em produtos enlatados e semi-industrializados vindos dos EUA, os quais se generalizaram primeiro entre os empregados da indústria petrolífera (os quais gozavam de prestígio e serviam de *modelo* da “Venezuela Moderna”), mas depois se espalharam por todo o país. Com o tempo, se desenvolveu também uma indústria alimentícia local, produtora de mercadorias similares às importadas. Porém, sequer essas indústrias apresentavam algum padrão de complementaridade com o campo, já que importavam (e seguem importando) grande parte de seus insumos; além disso, a associação com grupos estrangeiros e o acesso à renda petroleira fez com que esses setores já nascessem fortemente monopolizados.

Dessa maneira, as melhores terras seguiram concentradas nas mãos de proprietários mais próximos do regime, ou eram entregues às empresas petrolíferas, como concessões. Em ambos os casos, a produção de gêneros agrícolas exportáveis era desestimulada pelo câmbio valorizado e pelas melhores possibilidades de lucro proporcionadas pelo comércio de importação. Como a produção para o mercado interno era desestimulada – porque era mais barato importar os gêneros de primeira necessidade e não havia uma oligarquia rural politicamente forte para impedir essa prática – a hegemonia local dos setores importadores se estabeleceu de forma praticamente incontestável.

Vale lembrar que, em países como o Brasil e a Argentina, as atividades exportadoras estavam sob controle direto de frações da burguesia local; por isso, nas conjunturas em que o mercado externo se retraía, essas frações tinham a possibilidade de investir parte de seus excedentes em atividades produtivas voltadas para o mercado interno, visando atender a parcela da população que não tinha capacidade de importar bens de consumo. Assim, nesses países, conformou-se uma industrialização leve incipiente, que possibilitou o surgimento de um mercado e uma infraestrutura interna relativamente mais organizados, além de uma mão-de-obra mais qualificada e uma burguesia industrial pequena, porém existente. Quando se iniciaram os esforços de industrialização por substituição de importações, o próprio capital estrangeiro foi estimulado a participar, posto que, nesses países, havia um mercado interno relativamente organizado e atrativo, além de políticas protecionistas que salvaguardavam os interesses dos investidores estrangeiros.

Nenhuma dessas condições se verificou na Venezuela. Em primeiro lugar, porque as exportações estavam sob controle direto do capital estrangeiro, o qual não tinha interesse em

---

<sup>7</sup> Como exemplo, podemos citar a primeira cadeia moderna de supermercados da Venezuela (originalmente chamada *Todo*, e depois *Cada*), que foi financiada por investimentos do grupo Rockefeller (ver SALAS, 2014: 275)

diversificar seus investimentos para o mercado interno, devido não só à lucratividade muito maior do setor petrolífero, como também em função da ausência de uma infraestrutura urbana minimamente atrativa, que só tardiamente se conformou no país. Além disso, a hegemonia política da burguesia comercial importadora, cada vez mais indistinguível em relação às frações rurais, bancárias e imobiliárias, impedia a adoção de qualquer tipo de protecionismo ou desvalorização cambial – condições necessárias para um esforço sustentável de industrialização. Finalmente, a manutenção da moeda forte interessava também às camadas médias, que eram estimuladas a importar toda sorte de bens de consumo (associados à cultura estadunidense e ao ideal de *modernidade*), tornando-se assim defensoras do livre comércio e da manutenção do câmbio sobrevalorizado. Dessa forma, estabeleceu-se uma complementaridade de interesses entre a burguesia importadora, a burocracia de Estado, o capital estrangeiro e as camadas médias, em torno da manutenção e reprodução do modelo econômico petroleiro-rentista. Em consequência, como lembrou o economista Celso Furtado – que realizou importantes pesquisas no país para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – “se se permitisse o jogo espontâneo das forças do mercado, a Venezuela tenderia a se transformar numa economia principalmente monoprodutora, com grande parte de sua população desempregada ou subempregada e com uma moeda ainda mais sobrevalorizada” (FURTADO, 2008: 54).

Em meados dos anos 1950, cresceram as pressões políticas para acabar com a autonomia dos campos petrolíferos. Tais pressões vinham desde manifestações populares, que questionavam o saqueio das riquezas do país em favor de um pequeno grupo de privilegiados, até reclamações de frações mais frágeis da burguesia comercial local, que se ressentiam do monopólio da distribuição interna dos campos, exercido por outras frações mais poderosas. Também os sucessivos governos militares venezuelanos se preocupavam com o fato de que os campos, onde se concentrava a riqueza do país, assumiam uma existência cada vez mais alheia à cultura cívico-nacional. As próprias multinacionais do petróleo percebiam que sua atividade gerava grandes expectativas entre a população em geral, e que por isso não poderiam se preocupar apenas em influir nas perspectivas de seus empregados diretos: era necessário também “fincar raízes” na própria sociedade venezuelana, construindo um modelo de “cidadania corporativa” que se estendesse para além dos campos petrolíferos.

Esse processo começou com o aproveitamento de venezuelanos em cargos mais altos das empresas petrolíferas, antes restritos a funcionários estrangeiros. Surgia assim a “gente do petróleo”, uma tecnoburocracia local formada em universidades dos EUA e criada sob inspiração de um modelo fordista de produção, com a exaltação dos valores da “iniciativa individual”, “perseverança”, “trabalho duro”, “lealdade à empresa”, “meritocracia”, etc. A partir da década de

1950, as empresas passaram a vender as casas dos campos petrolíferos aos empregados, permitindo que as vilas fossem incorporadas às cidades e bairros circunvizinhos (SALAS, 2014: 291). Permaneceu muito nítida a separação sócio-cultural entre os empregados nas indústrias petrolíferas – que apresentavam expectativas de vida guiadas, em grande parte, pela cultura estadunidense – e a massa pauperizada no entorno; contudo, a contratação de venezuelanos de classe média deu *materialidade* à ideia de que o êxito econômico das companhias era expressão dos “interesses nacionais”. Para os setores médios incorporados à indústria petrolífera, as subsidiárias estrangeiras eram as agentes por excelência da modernização e do progresso do país, e o estilo de vida e as visões de mundo da “gente do petróleo” deveriam servir de exemplo e de aspiração para o restante da população; mais ainda: deveriam servir de parâmetro a partir do qual os demais setores da sociedade se comparavam para medir seu próprio status.

A ampliação deste processo criou uma relação intrincada entre os aparelhos de Estado e a indústria petrolífera, tal como

una puerta giratoria similar a la que existía en los Estados Unidos donde administradores de la compañía asumían cargos gubernamentales y donde ex funcionarios del gobierno obtendrían empleo en la compañía asegurando así los intereses de la compañía (...) Las compañías preveían que los recién contratados miembros del personal profesional y administrativo serían importantes abogados para las compañías extranjeras ante toda la sociedad y su presencia defendería a las empresas extranjeras de críticos nacionalistas (SALAS, 2014: 271)

Como ressalta Pedro Duno, a multinacionalização de certas empresas faz com que seus interesses nem sempre coincidam com os interesses de seus Estados Imperialistas de origem (DUNO, 1975: 42). No caso da Venezuela, a relação simbiótica entre as petrolíferas internacionais e o Estado era tão grande que, durante o governo Truman, quando os EUA ameaçaram taxar a importação do petróleo venezuelano para proteger seus produtores locais, a *Standard Oil* participou diretamente de um novo acordo comercial entre os dois países, selado em Washington com a participação pessoal de Nelson Rockefeller e do presidente da *Creole*, Arthur Proudfit. No final das negociações, a Venezuela manteve sua condição de exportadora de petróleo para os EUA, mas reduziu as taxações tarifárias sobre todo um conjunto de bens importados, o que atendia aos interesses de praticamente todos os grandes grupos exportadores estadunidenses. Para os EUA, o acordo era estratégico também por servir de exemplo para outros países petrolíferos.

A pesar de la crítica de los productores de petróleo en Texas, Estados Unidos negoció un nuevo convenio con Venezuela, asegurando la continuidad de los viejos aranceles sobre

bienes exportados de Estado Unidos incluyendo carros, rádios, televisores, aviones y camiones, ofreciendo ventajas para “prácticamente todo grupo importante de exportadores norteamericanos” (SALAS, 2014: 319)<sup>8</sup>

Paralelamente, os gigantescos Departamentos de Relações Públicas das subsidiárias petrolíferas foram acionados para apresenta-las como defensoras dos interesses do país, consubstanciados na manutenção de um padrão de consumo e de um modelo de vida identificado com o *moderno* (e que, de fato, atendia aos interesses imediatos das camadas médias e dos grandes grupos comerciais venezuelanos). Assim, numa gigantesca operação ideológica, a continuidade da dependência econômica do país, com a reprodução e o aprofundamento do rentismo petrolífero, se transfigurou e foi apresentada como uma política garantidora do “progresso” da nação. Para tanto, os departamentos de RP das petrolíferas atuavam em áreas que iam muito além da defesa de seus interesses corporativos imediatos. As transnacionais petrolíferas promoveram inúmeras campanhas publicitárias; editaram periódicos; produziram conteúdo “jornalístico” e programas de rádio e T.V.; financiaram pesquisas; realizaram convênios educacionais com universidades estadunidenses; ofereceram bolsas de estudo no exterior; financiaram artistas e escritores; etc. (SALAS, 2014: 276-282). Não é exagero afirmar que tais publicações, campanhas publicitárias e programas educacionais cumpriram um papel importante na edificação da própria identidade nacional venezuelana, na medida em que davam destaque ao folclore do país, às tradições, diferenças regionais, etc, sempre cuidando para vincular a indústria do petróleo com a conformação dos interesses nacionais. Ao mesmo tempo, a bandeira do liberalismo econômico era constantemente ressaltada, como uma defesa da Venezuela contra “ameaças externas”, representadas por políticas protecionistas que defendiam os “ineficientes” produtores locais de petróleo dos EUA e do Oriente Médio.

Diferentemente do Brasil, por exemplo, onde o discurso nacionalista das décadas de 1930 a 1950 foi associado à criação e defesa de grandes empresas estatais, na Venezuela foram as petrolíferas estrangeiras que ocuparam este lugar no imaginário popular, sendo apresentadas como os agentes que retiraram o país do “atraso” em que ele se encontrava até o século XIX. O petróleo – isto é, a chegada das companhias estrangeiras – significou um “novo tempo”, uma nova era na história venezuelana, e qualquer crítica a essas ideias (presentes inclusive nos manuais escolares) era atacada como “retrógrada”, “ignorante” ou “xenófoba” (SALAS, 2014: 277).

---

<sup>8</sup> O trecho entre aspas, citado por Salas, refere-se a documentos editados pelo próprio Departamento de Estado dos EUA.

Assim, podemos dizer que o petróleo não apenas moldou o caráter rentístico da economia venezuelana, estabelecendo as posições de domínio e subalternidade entre classes e frações de classe, como também consubstanciou as diferenças regionais do país, estabeleceu concepções de trabalho, tempo, valores, padrões de consumo e comportamento. Em outras palavras, o *modo de vida petroleiro*, que nasceu nos campos, *transbordou* para o restante da sociedade, tornando-se um paradigma, um ideal para toda a sociedade venezuelana (ainda que obviamente inatingível para a maior parte da população). Neste processo, o capital estrangeiro participou até mesmo da construção do imaginário nacional e, ao fazê-lo, logrou identificar a ideia de *progreso* com o que era, na realidade, a manutenção da subordinação do país aos interesses imperialistas.

Entretanto, o *american way of life* da “gente do petróleo” e das camadas médias, com sua cultura do automóvel e seus supermercados (e, posteriormente, shopping centers), precisava conviver com outros elementos e tradições culturais autóctones, que geralmente remetiam à Venezuela pré-petroleira. Um desses elementos, em particular, era contraditório em relação à conformação de uma “Nação Petroleira” na qual o Estado e certos grupos sociais confundiam-se simbioticamente com empresas estrangeiras, implicando em exclusão social e na perda de soberania do país. Trata-se da tradição de Bolívar como referência inescapável da independência e da constituição da Venezuela como nação. Como veremos no próximo capítulo, dentre as muitas *versões* construídas no imaginário nacional, ao longo dos anos, acerca de Bolívar e do significado de sua luta, sempre subsistiu uma interpretação mais radical, que exaltava a ideia de *soberania* e de rejeição ao *imperialismo* (naturalmente identificado nas companhias multinacionais). Trataremos adiante dessas questões, mas é importante deixar indicado a existência dessa dualidade, desses dois universos sócio-culturais essencialmente venezuelanos, cuja convivência nem sempre foi harmoniosa e que, com o advento do moderno processo bolivariano, vieram a entrar definitivamente em choque.

### **Industrialização sob o modelo petroleiro-rentístico**

As famílias tradicionais da burguesia nativa, de origem oligárquica e/ou comercial (como os Vollmer, os Zuloaga, os Mendonza, etc), já possuíam alguns pequenos bancos comerciais desde o período pré-petroleiro. Contudo, com o aporte da renda petrolífera, os depósitos bancários deram um enorme salto, consolidando rapidamente um vigoroso e extremamente concentrado setor bancário.

Como la Venezuela del petróleo borró de su diccionario financiero la palabra déficit – cada ejercicio cerraba con superavit – la renta petrolera llevada a las arcas de la banca hizo entre nosotros el papel que en Europa jugó la deuda pública. Aquellos depósitos del gobierno,

muchos de los cuales no se mobilizaban porque había recursos suficientes para atender los imperativos del gasto ordinario, permitieran elevar las operaciones del préstamo o del anticipo más allá de lo que se hubiese sido factible em otras condiciones. Espoleada por esta situación, la banca contó con los caudales necesarios para impulsar por la vía del crédito la formación del capital em el comercio, la especulación com terrenos, las construcciones y algunas ramas manufatureiras. (RANGEL, 1972: 90)

Os créditos oferecidos pelo setor bancário favoreceram a concentração de capitais também em outros setores, como o comércio e o ramo imobiliário. Além disso, a decadência do campo e a crescente urbanização abriu brechas para o estabelecimento de um setor industrial incipiente, geralmente coligado ao grande capital bancário e especializado em bens de consumo não-duráveis (como têxteis, cigarros, cerveja, papel, laticínios, sabão, calçados, etc). Posteriormente, também cresceram os setores de transportes, serviços e principalmente a construção civil, estimulada tanto pelo gasto público quanto pela diversificação dos investimentos da burguesia local.

Contudo, desde os primórdios da exploração do petróleo, setores nacionalistas defendiam uma industrialização mais pujante, baseada na consigna de “*sembrar el petróleo*” – isto é, de usar as riquezas geradas por sua exploração para desenvolver o país. Foi somente durante a ditadura do general Marco Pérez Jimenez (1948-1958), que um esforço mais consistente foi realizado neste sentido. Jimenez governou o país numa conjuntura particularmente favorável: os EUA buscavam repor suas reservas estratégicas de petróleo, utilizadas durante a Segunda Guerra; além disso, havia a Guerra da Coreia, a reconstrução da Europa, a nacionalização do petróleo iraniano e a crise do Canal de Suez. Todos esses fatores proporcionaram o fortalecimento das exportações venezuelanas, inundando a economia com divisas que foram usadas para a conformação de um setor minerador e siderúrgico dominado por grandes estatais. Este setor serviu de base para o estabelecimento de outras indústrias no país – ainda que grande parte de sua produção fosse de produtos primários destinados à exportação, compatibilizando-se com o modelo primário-rentístico já existente no ramo petroleiro. De todo modo, à medida que o mercado interno crescia e se tornava mais atrativo para o investimento externo, instalaram-se algumas empresas multinacionais em setores como fármacos e bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. Tudo isso contribuía também para ampliar consideravelmente o tamanho da classe operária venezuelana.

Contudo, dada a facilidade nas importações e ao fato de que não havia uma indústria de peças e/ou insumos industriais, as empresas multinacionais instaladas na Venezuela vieram na forma de *maquiladoras*, que até os dias de hoje apenas *importam* e *montam* suas mercadorias no país, não as *produzindo* de fato e, portanto, não se integrando ao restante da economia.

En Venezuela, las insutrias processadoras como tal son muy pocas. Las industrias acá son ensambladoras y empaquetadoras. Por ejemplo, una indústria farmaceutica en Venezuela es una indústria ensambladora de pastillas, porque todos los princípios activos, todos los princípios químicos vienem de Francia, de los EUA, de otros países. Y con estos princípios activos acá simplemente se hacen las pastillitas, se meten en un paquete, se ponen en un cartón, le meten un nombre e se ponen en la calle. Realmente fabricar medicamentos en Venezuela, no se fabrican. (...) Realmente fabricar automobiles en Venezuela no se fabrican, porque aqui no hacemos motores de combustión interna, no hacemos alternadores, no hacemos diferenciales. Aqui no hacemos ningún de los componentes de un automobille, todo esto se importa. (Luiz Enrique Gavazut)<sup>9</sup>

Além disso, tais investimentos externos raramente vieram na forma de *associação* com as burguesias industriais nacionais, posto que elas eram quase inexistentes nesses setores. Assim, a penetração do capital estrangeiro em investimentos diretos conformou um fenômeno distinto do verificado em outros países latino-americanos, como o Brasil, o México, a Argentina e, em menor escala, o Chile e o Uruguai. Conforme indica Vânia Bambilra (2013: 168-169), em economias de enclave, como a Venezuela,

o maquinário para a instalação de indústrias (...) chega não como mercadorias, mas como investimento do capital estrangeiro. (...) não cabe falar em um processo de conversão das mercadorias-maquinário em capital-maquinário, pois, desde o início, o maquinário já chega como capital estrangeiro. Nesses casos, a presença do capital estrangeiro tem que ser tomada como um dado da industrialização; é um componente desde o início intrínseco a ela, e, portanto, não tem sentido falar de um processo de desnacionalização da indústria.

A despeito das fragilidades da base industrial venezuelana, o setor bancário nacional, por outro lado, se manteve em constante crescimento e concentração. Isso se devia ao fato de que, na Venezuela, o crescimento do setor bancário não estava relacionado ao estabelecimento de uma indústria sólida sob bases nacionais (como ocorreu na maior parte dos países), mas sim à captação das divisas geradas pela exploração do petróleo. Em outras palavras, a acumulação do capital portador de juros venezuelano apenas secundariamente dependia do *capital funcionante* local; o mais importante era a captação de mais-valor proveniente do mercado internacional, através da *renda da terra*. Assim, com o *boom* dos preços do petróleo e das exportações venezuelanas no pós-guerra, o setor bancário venezuelano viveu um crescimento exponencial. Os bancos concentraram

---

<sup>9</sup> Luiz Enrique Gavazut é coordenador do Movimiento de Batalla Social Punta de Lanza, e atualmente trabalha como pesquisador do Ministério do Comércio da Venezuela. Entrevista ao autor em janeiro de 2015

ainda mais seu capital e diversificaram seus negócios, atuando na área de seguros, hipotecas e na compra de ações e títulos de todas as mais importantes empresas produtivas ou de serviço do país – sempre contando com a mediação da burocracia de Estado, através da qual fluíam os recursos petrolíferos, e da associação com capitais estrangeiros.

Completando o quadro, instaurou-se um padrão fiscal que manteve o aparato de Estado completamente dependente da renda petrolífera. Segundo Celso Furtado, a carga fiscal da Venezuela, historicamente, era equivalente a de menos da metade ou mesmo da terça parte do que se observa em outros países da América Latina. A poupança real gerada pelo sistema econômico também se revelou muito reduzida, raramente ultrapassando a taxa de 12%, excluindo-se o petróleo (FURTADO, 2008: 121)<sup>10</sup>.

Socialmente, este padrão de industrialização e concentração de capitais resultou num processo de *proletarização*<sup>11</sup> e urbanização que se deu de forma desordenada, com múltiplas distorções. De um lado, surgiu uma reduzida pequena burguesia com razoável poder de compra, formada por artesãos, pequenos comerciantes, professores, funcionários públicos, profissionais liberais, estudantes, intelectuais, técnicos, administradores da indústria e do comércio e, principalmente, a alta burocracia de Estado e os funcionários de maior escalão da indústria petrolífera<sup>12</sup>. Esta camada intermediária sustentava os lucros da burguesia comercial importadora. Abaixo deste setor, configurou-se uma classe trabalhadora extremamente segmentada: a parcela que permaneceu no campo foi mantida em condições pobres ou miseráveis; a classe operária era reduzida, e se dividia entre uma pequena parcela qualitativamente diferenciada, que conseguia empregar-se no setor petrolífero; um setor intermediário, alocado nas empresas estatais e nas montadoras multinacionais; e uma outra parte menor remunerada, que se empregava na construção civil, nos transportes ou nas indústrias locais. A maior parte da força de trabalho urbana, porém, era constituída por um imenso contingente de trabalhadores precários, alocados instavelmente no subcapitalizado e inchado setor terciário, mantendo-se dependente de políticas assistencialistas e dos subsídios estatais para o consumo (que também atendem setores mais favorecidos). Todos, de uma maneira ou de outra e em diferentes graus, dependiam direta ou indiretamente da renda

---

<sup>10</sup> A título de comparação, em um país da Europa Ocidental, por exemplo, cerca de metade da renda nacional é composta pelo somatório da carga fiscal com a poupança líquida; no Brasil, poupança média girou historicamente gira em torno de 36% da renda (FURTADO, 2008: 121).

<sup>11</sup> Por *proletarização* queremos designar o processo de produção social de massas expropriadas, “necessitadas da venda de sua capacidade de trabalho e, deste ponto de vista, disponíveis sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora” (FONTES, 2010: 64-65).

<sup>12</sup> Os salários na indústria petrolífera eram sempre bem maiores do que a média nacional, mesmo entre os operários. No caso dos níveis hierárquicos maiores, essa diferença era até cinco vezes maior, em relação a cargos semelhantes de outros setores (MORAES, 2011: 177, nota 134). Além disso, a “gente do petróleo” tinha acesso a benefícios sociais diferenciados, em termos de férias, aposentadorias, serviços médicos e educacionais, etc.

petroleira, seja para manter elevados padrões de consumo, seja para terem acesso, ao menos, a subsídios e políticas assistencialistas.

A nacionalização do petróleo de 1976, com a criação da *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA), não modificou substancialmente este quadro. Embora à época vigorasse no país um sistema representativo-parlamentar relativamente estável – a chamada *Democracia de Punto fijo*<sup>13</sup> – isso não significou uma democratização nas decisões referentes ao petróleo. A PDVSA foi criada após uma grande reforma do Estado, levada à cabo pelo governo Carlos Andrés Pérez (1974-1978), que praticamente desdobrou o Estado em dois: um “político-social”, que conservou a estrutura formal dos partidos, a assistência social, a divisão de poderes, etc; e outro, “financeiro-produtor”, que funcionou como a cabeça de *holdings* financeiros, ficando fora do alcance do debate social, da ação dos partidos, do debate parlamentar e da opinião pública (DUNO, 1975: 84). No caso do petróleo, o modelo adotado reservou à PDVSA o monopólio da produção e distribuição interna do produto; porém, ao mesmo tempo, permitiu que as petrolíferas internacionais participassem da produção (na condição de empresas mistas), além de reservar a elas o controle absoluto dos direitos de comercialização externa e da tecnologia a ser empregada. O próprio pessoal técnico da nova estatal era quase sempre formado por egressos das empresas estrangeiras (ver LANDER, 2005).

Na prática, a nacionalização *diminuiu* as possibilidades de controle público sobre os negócios petroleiros, ao “blindar” a PDVSA de qualquer possibilidade de fiscalização por parte dos demais aparelhos de Estado (perspectiva apontada por diversos autores, como LANDER, 2005; BATTAGLINI, 2011; ZAVALA & MIERES et al, 2003; SALAS, 2014; dentre outros). Para Lander (2005:52), a nacionalização criou “um movimento subversivo no interior da indústria (...) Um movimento que dá as costas para o país, destinado a menosprezar o aporte fiscal da indústria nacionalizada e torna-la autônoma e independente do controle do seu dono legítimo” (isto é, o conjunto da população, teoricamente representado pelo Estado). A independência da PDVSA tornou-se tão grande que, quando a demanda por petróleo começou a cair, na conjuntura mundial recessiva do início dos anos 1980, a empresa simplesmente desrespeitou a política defendida pela

---

<sup>13</sup> Celebrado em 1958, no esteio das lutas pelo fim da ditadura de Pérez Gimenez (1952-1958), o *Pacto de Punto Fijo* foi um acordo que atendeu aos interesses dos grandes grupos econômicos ligados ao petróleo e dos principais partidos da Venezuela, e que contava com o beneplácito da Casa Branca e de parte significativa do Exército e da Marinha venezuelanos. Ele visava conter a agitação social do país através da implantação de um regime liberal-democrático estritamente controlado, que funcionaria através de um sistema eleitoral baseado em listas fechadas, no qual o eleitor votava no partido e não em candidatos individuais. Tal sistema favoreceu os dois maiores partidos do país – a *Acción Democrática* (AD) e o *Comite de Organización Política y Eleitoral Independiente* (COPEI) –, que logo acordaram um sistema de alternância no poder (ressalte-se que o Partido Comunista da Venezuela, foi fundamental nas lutas pelo fim da ditadura, não fora chamado para participar das negociações em torno do novo sistema política implantado). Graças a este sistema eleitoral – e também à submissão da burocracia sindical, ligada à AD – formou-se no país o que podemos chamar de “a mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano” (MARINGONE, 2004, 104), que durou até a fundação da *V República*, com Chávez, em 1999.

OPEP – isto é, recusou-se a diminuir a produção para manter os preços do petróleo a níveis sustentáveis para as economias dos países produtores – e adotou unilateralmente a estratégia de “aumentar a produção, conquistar fatias do mercado e reduzir prejuízos, algo que apenas beneficiaria as empresas privadas que a controlavam na prática” (MENDES, 2012: 87). Além disso, para fugir das obrigações fiscais da Venezuela, a PDVSA começou a exportar capitais, adquirindo ou associando-se a empresas no mercado europeu e estadunidense.

Esta política levou à diminuição da apropriação da renda petroleira pelo Estado, numa conjuntura que, a partir dos anos 1980, foi marcada pela queda dos preços do petróleo e pela crise da dívida pública.<sup>14</sup> O resultado foi o colapso da economia, com gravíssimas consequências sociais: corte nos subsídios e programas assistencialistas para os mais pobres; diminuição dos salários; perda de capacidade de consumo dos setores médios; aumento da inflação e das tarifas públicas. Em 1989, uma gigantesca insurreição popular deixou um saldo de milhares de mortos, tornando evidente um quadro de grave crise institucional.<sup>15</sup> Em resposta, as associações liberais venezuelanas passaram a formular um discurso que apresentava a PDVSA como um exemplo de “eficiência” e “meritocracia”, enquanto o Estado era “autoritário”, “clientelista” e “ineficiente”. Seguindo a cartilha neoliberal, as frações de classe dominantes passaram a apontar o “inchaço” do Estado como o causador da crise – o que, implicitamente, significava a defesa da privatização das empresas estatais, inclusive no setor petrolífero (GARCÍA-GUADILLA & CARRERO, 1997).

O que se eclipsava deliberadamente por trás deste discurso é que, do ponto de vista dessas frações – sempre associadas ao capital estrangeiro e à tecnoburocracia da PDVSA –, as indústrias estatais eram *ativos* que deveriam ser preservados da *contaminação* representada pela dívida-pública; assim, a “conta” a ser paga pelo endividamento seria repassada para o conjunto da sociedade – incluindo as frações subalternas da burguesia local –, enquanto os grupos dominantes “abandonariam o barco”, levando consigo as antigas estatais, já devidamente privatizadas e, portanto, desvinculadas do ônus da dívida. Ao longo dos anos 1990, enquanto a política privatista

<sup>14</sup> De forma aparentemente contraditória, o aumento da dívida pública na Venezuela, nesta época, esteve associado à alta dos preços do petróleo ocorrida após a Crise de 1973. Segundo GUERRA (2014), esse problema é recorrente na história da Venezuela: os governos geralmente aproveitam os momentos de alta dos preços do petróleo para emitir títulos da dívida pública, contando que os preços continuem altos por um longo tempo (crença que se fortaleceu após a fundação da OPEP, em 1960). No governo de Carlos Andrés Pérez (1974,1978), por exemplo, a dívida pública venezuelana decuplicou (MARINGONI, 2004: 107).

<sup>15</sup> O chamado *Caracazo* de 1989 foi uma gigantesca revolta, marcada por saques e depredações, que varreu o país por cerca de 5 dias, a partir de fevereiro de 1989. As estimativas quanto ao número de mortos são muito variadas. Lopez-Maya (2005:65) fala em um total de 396 mortos, contabilizados por comitês de familiares das vítimas. Maringoni (2004: 114) relata de centros médicos falam de um total entre 1000 e 1500. Além disso, houve um número incontável de feridos, milhares de prisões e também casos de tortura (FERREIRA, 2012: 100). Segundo o escritor venezuelano Huberto Gomez Garcia (entrevistado pelo autor em janeiro de 2006), o Caracazo foi “*una insurrección popular que fue lavada en sangre. (...) se produce una ruptura com el modelo de dominación colonial. Se produce una ruptura con el modelo imperante, petrolero-rentista. Con el modelo de dominación de los partidos. Con la llamada ‘democracia representativa’. Quer decir, Venezuela se divide en dos, por así decirlo, con el Caracazo*”.

se impunha em diversos setores da economia, a PDVSA passou a funcionar de uma maneira cada vez mais indistinguível das petrolíferas internacionais, abrindo mão de seu papel como “proprietária” do subsolo venezuelano em favor de seus interesses como empresa exploradora. Inicia-se a chamada “Abertura Petroleira”, marcada por um relaxamento nas exigências de pagamento de *royalties*, pela diminuição da carga fiscal sobre a PDVSA e por contratos *flexibilizados* para as empresas mistas (isto é, que davam vantagens às empresas estrangeiras às custas do Estado venezuelano).

### **Conclusão**

Ao final da década, a “Abertura Petroleira” havia gerado uma verdadeira fratura social Na Venezuela: para uma parcela da sociedade venezuelana – mais rica, voltada para si mesma, pouco integrada com o resto do país e culturalmente “cosmopolita”, “norteamericanizada” – interessava que a PDVSA operasse definitivamente como uma multinacional petrolífera como outra qualquer (o que, de fato, poderia significar o fortalecimento da empresa); já para um amplo e difuso conjunto de frações de classes *mais abaixo*, composto não só pelas massas trabalhadoras como também por parte considerável da pequena-burguesia, da oficialidade militar e das frações burguesas mais frágeis, a PDVSA deveria se manter estatal e atuar fundamentalmente como *representante dos proprietários da terra e das riquezas de seu território* – isto é, o conjunto dos cidadãos, teoricamente representados pelo Estado. Podemos dizer que, *grosso modo*, essa divisão opôs dominantes e dominados, além de colocar em lados opostos o pensamento nacionalista (em seus mais diferentes matizes, seja à esquerda ou à direita) e os interesses do imperialismo internacional, que claramente jogavam a favor da privatização.

Há inúmeros fatores relevantes para a compreensão do processo bolivariano atual, e o embate em torno da possibilidade de privatização da PDVSA é apenas um deles. Contudo, trata-se de um fator dos mais importantes para delimitar os campos em disputa na Venezuela ao final dos anos 1990, e também para que possamos compreender como se aproximaram o conjunto heterogêneo de forças que conformou a base inicial do *chavismo*. Nas eleições presidenciais de 1998, Hugo Chávez foi o único candidato a não só rejeitar abertamente a “Abertura Petroleira”, como também a se comprometer a revertê-la. Ao seu lado, colocaram-se militares de esquerda e de direita; trabalhadores pobres e pequenos empresários; frações burguesas alijadas (muito mais interessadas na abertura de canais próprios à renda petroleira), e movimentos sociais radicais, com propostas socialistas. Para compreender a evolução do processo bolivariano ao longo do tempo, é preciso atentar para as tensões que se estabeleceram tanto entre os elementos *internos* ao *chavismo* quanto entre o conjunto deles e a oposição *antichavista* – sempre tendo em mente que se trata de

dois universos de análise dialeticamente interligados pela luta de classes, de modo que as vitórias e derrotas estabelecidas em um dos campos em disputa influenciaram – e seguem influenciando – a correlação de forças que se conforma no outro.

## Bibliografia

- ÁLVAREZ JR, V. El genoma económico del extrativismo-rentista IN: CAROSIO, A; BANKO, C; PRIGORIAN, N (orgs). *América Latina y el Caribe: un continente, múltiples miradas*, Buenos Aires: Clacso, 2014
- BAMBIRRA (2013)
- BAPTISTA, A. El capitalismo rentístico Elementos cuantitativos de la economía venezolana. IN: *Cuadernos del Cendes*, Caracas, v. 22, n. 60, dic. 2005 (disponível em <[http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1012-25082005000300005&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082005000300005&lng=es&nrm=iso)>. Acessado em 26 de abril de 2015
- BATTAGLINI, O. *Ascenso y Caída del Puntofijismo*, Caracas: Editorial Galac, 2011
- CARCIONE, C. Economía Política para construir un nuevo modelo productivo IN: CAROSIO, A; BANKO, C; PRIGORIAN, N (orgs). *América Latina y el Caribe: un continente, múltiples miradas*, Buenos Aires: Clacso, 2014
- CORONIL, F. *El Estado Mágico; naturaliza, dinero y modernidade em Venezuela*, Caracas: Editorial Alfa, 2013
- DEL ROIO, M. *Os Prismas de Gramsci; a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã, 2005
- DUNO, P. *Los Doce Apostules; proceso a la degradación política*, Valencia: Vadell Hermanos, 1975
- FERREIRA, C. *A classe trabalhadora no processo bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petrolero-rentista (1989-2010)*, tese de doutorado (Orientador: Claudia Wasserman, UFRGS, 2012
- FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*, Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010
- FREDERICO, C. *O Jovem Marx; 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*, São Paulo: Expressão Popular, 2009
- FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GARCÍA-GUADILLA, M.; CARRERO, E. R. Sociedad civil, democracia liberal y economía de mercado: las organizaciones sociales liberales en Venezuela, retirado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa97/guadillacarrero.pdf>, 1997 acessado em 26 de abril de 2015
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- GUERRA, L. *Del Legado de Chávez al Desastre de Maduro*, Caracas: Editorial Libros Marcados
- LANDER, E. Petróleo e democracia na Venezuela: do fortalecimento do Estado à subversão soterrada e à insurreição aberta IN: OURIQUES, Nildo (org.). *Raízes no Libertador: Bolivarianismo e Poder Popular na Venezuela*. 2ª edição revista. Florianópolis: Editora Insular, 2005
- LOPEZ-MAYA, M. *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil, 2005.
- MARINGONI, G. *A Venezuela que se Inventa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004
- MARX, k. *O Capital; Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- \_\_\_\_\_, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Martin Claret, 2008
- MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo, 2010
- MENDES, F. *Hugo Chávez em seu labirinto: o movimento bolivariano e a política na Venezuela*, São Paulo: Alameda, 2012
- MOMMER, B. *La Cuestión Petrolera*, Caracas: Fondo Editorial Darío Ramirez, 2010
- MONTOVANI, M. T. M., *El fantasma de la Gran Venezuela; un estudio del mito del desarrollo y los dilemas del petro-Estado em la revolución Bolivariana*, Caracas: Fundación Celarg, 2014
- MORAES, W. *Brasil e Venezuela: histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*, Rio de Janeiro: Achiamé, 2011
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista e ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000
- RANGEL, D. A. *La Oligarquía del Dinero*, Caracas: Editorial Fuentes, 1972
- SALAS, M.T. *Uma herência que perdura: petróleo, cultura y sociedade em Venezuela*, Caracas: Galac S.A., 2014
- SEABRA, R. L. *A Via Venezuelana ao Socialismo*, Curitiba: Editora CRV, 2014
- WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*, Rio de Janeiro: Zahar 1979
- ZAVALA, D M; MIERES, F. et al. *Venezuela y PDVSA*, Cátedra J. P. Pérez Alfonso, Universidade Central de Venezuela, 2003